

Formulário de Resposta aos Recursos – CES P05 – ENSINO RELIGIOSO

Questão	Justificativa	Conclusão	Alteração
TIPO 1: 26 TIPO 2: 40 TIPO 3: 40	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A Constituição Federal de 1988 estabelece o princípio da laicidade do Estado, o que implica a neutralidade em relação às diferentes crenças religiosas, assegurando a liberdade de consciência e de crença, bem como o respeito à diversidade cultural e religiosa presente na sociedade brasileira. No âmbito educacional, a legislação vigente prevê o Ensino Religioso como componente curricular de matrícula facultativa, devendo ser ofertado sem caráter proselitista.</p> <p>Nesse sentido, o Ensino Religioso deve assumir uma abordagem não confessional, voltada ao estudo da diversidade religiosa, das manifestações culturais e das diferentes tradições, sem promover práticas de culto, doutrinação ou orientação espiritual. Tal perspectiva está alinhada com os princípios da educação pública democrática e com o respeito à pluralidade.</p> <p>As demais proposições apresentam equívocos ao atribuírem caráter confessional, doutrinário ou restritivo ao Ensino Religioso, contrariando os fundamentos constitucionais e legais.</p> <p>Referências: BRASIL. Constituição Federal de 1988. BRASIL. Lei nº 9.394/1996 (LDB).</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO
TIPO 1: 27 TIPO 2: 33 TIPO 3: 29	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	<p>A primeira afirmativa está correta, pois o Ensino Religioso, conforme orientações legais e pedagógicas, deve promover o diálogo inter-religioso e o respeito à diversidade de crenças, contribuindo para a formação cidadã e democrática dos estudantes.</p> <p>A segunda afirmativa também está correta, uma vez que essa área do conhecimento deve evitar qualquer forma de hierarquização entre tradições religiosas, abordando-as em seus contextos históricos e culturais, de modo plural e não confessional.</p> <p>A terceira afirmativa está incorreta, pois o Ensino Religioso na escola pública não deve incluir práticas rituais, ainda que simbólicas, visto que isso pode configurar caráter confessional ou proselitista, em desacordo com o princípio da laicidade do Estado.</p> <p>A quarta afirmativa está correta, considerando que o Ensino Religioso contribui para a prevenção da intolerância religiosa ao ampliar o conhecimento sobre diferentes tradições e fomentar a convivência respeitosa.</p> <p>Referências: BRASIL. Constituição Federal de 1988. BRASIL. Base Nacional Comum Curricular.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>		
<p>TIPO 1: 29 TIPO 2: 30 TIPO 3: 33</p>	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>O diálogo inter-religioso, no contexto do Ensino Religioso escolar, fundamenta-se no reconhecimento e respeito à diversidade de crenças, sem a pretensão de unificá-las em uma única verdade. Trata-se de uma prática pedagógica voltada à convivência democrática, ao respeito mútuo e à compreensão das diferentes tradições em seus contextos históricos e socioculturais.</p>	<p>INDEFERIDO</p>	<p>GABARITO MANTIDO</p>

	<p>Nesse sentido, não se exige a equiparação das crenças a uma verdade comum, mas sim o reconhecimento das diferenças e a promoção do diálogo entre elas. As demais proposições estão alinhadas aos fundamentos legais e pedagógicos do Ensino Religioso, ao enfatizarem o respeito, a não hierarquização e a compreensão contextualizada das religiões.</p> <p>Referências: BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo. Ensino Religioso: Aspectos Legais e Pedagógicos.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>		
<p>TIPO 1: 32 TIPO 2: 34 TIPO 3: 36</p>	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>O Ensino Religioso contemporâneo compreende a religião como fenômeno dinâmico, historicamente construído e culturalmente situado. Dessa forma, a abordagem pedagógica deve considerar as transformações ao longo do tempo e as relações com diferentes contextos sociais e culturais.</p> <p>A ideia de que a religião é um elemento estático, desvinculado de processos históricos, contraria os fundamentos teóricos da área, que enfatizam justamente sua historicidade, diversidade e interação com outros aspectos da vida social.</p> <p>As demais proposições estão corretas ao reconhecerem a influência das religiões na cultura, a articulação com identidades e a importância de sua compreensão no espaço escolar.</p> <p>Referências: GEERTZ, Clifford. A Interpretação das Culturas. BRASIL. Base Nacional Comum Curricular.</p>	<p>INDEFERIDO</p>	<p>GABARITO MANTIDO</p>

	Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.		
TIPO 1: 33 TIPO 2: 29 TIPO 3: 28	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A filosofia da religião, no contexto do Ensino Religioso, constitui um campo de reflexão crítica que contribui para a análise de questões existenciais, como o sentido da vida, os valores humanos e as diferentes formas de compreensão da transcendência. Nesse sentido, favorece o uso de categorias filosóficas para interpretar fenômenos religiosos, sem assumir caráter confessional.</p> <p>Além disso, a abordagem filosófica no Ensino Religioso contribui para o desenvolvimento do pensamento crítico dos estudantes, estimulando a problematização, o diálogo e a análise racional das diferentes tradições e experiências religiosas.</p> <p>A proposição que afirma que a filosofia da religião tem como objetivo validar racionalmente uma tradição específica está incorreta, pois essa área não se destina à legitimação de crenças particulares, mas à análise crítica e reflexiva do fenômeno religioso.</p> <p>Referências: ALVES, Rubem. O que é religião. BRASIL. Base Nacional Comum Curricular.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO
TIPO 1: 35 TIPO 2: 28 TIPO 3: 31	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>No campo do conhecimento, ciência e religião são compreendidas como formas distintas de interpretação da realidade, cada uma operando com métodos próprios e respondendo a questões diferentes. A ciência baseia-se em métodos empíricos e experimentais para explicar fenômenos naturais, enquanto a religião aborda questões relacionadas ao sentido da</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	<p>existência, valores e transcendência.</p> <p>Assim, não há oposição necessária entre esses campos, mas sim distinção quanto aos modos de investigação e aos tipos de sacramentos que orientam suas explicações sobre o mundo.</p> <p>Referências: BOFF, Leonardo. Ciência e Religião: Conflito ou Convergência? BRASIL. Base Nacional Comum Curricular.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>		
<p>TIPO 1: 38 TIPO 2: 26 TIPO 3: 38</p>	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A primeira afirmativa está correta, pois as religiões afro-brasileiras são resultado de processos históricos de resistência cultural, reelaboração simbólica e sincretismo religioso, construídos no contexto da diáspora africana no Brasil.</p> <p>A segunda afirmativa também está correta, uma vez que as tradições indígenas articulam práticas espirituais profundamente integradas à natureza, ao território e à vida coletiva, não havendo separação entre dimensões religiosas, sociais e culturais.</p> <p>A terceira afirmativa está incorreta, pois as religiões afro-brasileiras não possuem origem exclusivamente africana, sendo marcadas por processos de sincretismo com elementos do catolicismo e de outras tradições presentes no contexto brasileiro.</p> <p>A quarta afirmativa está correta, considerando que o estudo dessas tradições no Ensino Religioso contribui para o reconhecimento da diversidade cultural, além de atuar no enfrentamento do preconceito e da intolerância religiosa.</p> <p>Referências:</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	<p>PRANDI, Reginaldo. Religiões Afro-Brasileiras. BRASIL. Base Nacional Comum Curricular.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>		
<p>TIPO 1: 39 TIPO 2: 31 TIPO 3: 39</p>	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>As tradições religiosas apresentam fundamentos teológicos e históricos próprios, sendo necessário compreendê-las em suas especificidades. O judaísmo estrutura-se historicamente a partir da relação de aliança entre Deus e o povo de Israel, elemento central de sua tradição, expresso na Torá, que orienta a vida religiosa, ética e comunitária.</p> <p>As demais proposições apresentam equívocos conceituais: o budismo não se organiza em torno de um Deus criador pessoal; o hinduísmo não possui uniformidade doutrinária; o islamismo não reconhece Maomé como encarnação divina; e o cristianismo não rejeita o Antigo Testamento, mas o integra como parte de sua tradição.</p> <p>Referências: ARMSTRONG, Karen. Uma História de Deus. ELIADE, Mircea. História das Crenças e das Ideias Religiosas.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO
<p>TIPO 1: 40 TIPO 2: 37 TIPO 3: 26</p>	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>As tradições religiosas elaboram diferentes compreensões sobre transcendência, sofrimento e libertação, sendo fundamental abordá-las de forma comparativa no Ensino Religioso. No caso do hinduísmo e do budismo, ambas compartilham a noção de libertação associada ao ciclo de renascimentos (samsara), ainda que fundamentadas em concepções distintas, como moksha no hinduísmo e nirvana no budismo.</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	<p>As demais proposições apresentam incorreções, ao negar a transcendência em tradições monoteístas, atribuir ao judaísmo a doutrina da reencarnação como central, afirmar identidade conceitual entre tradições distintas ou associar ao budismo conceitos próprios do cristianismo.</p> <p>Referências: ELIADE, Mircea. O Sagrado e o Profano. SMART, Ninian. As Religiões do Mundo.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>		
<p>TIPO 1: 41 TIPO 2: 48 TIPO 3: 41</p>	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A questão aborda a organização pedagógica da Companhia de Jesus no período colonial, destacando seu caráter sistemático, normativo e internacionalmente padronizado. Esse modelo educacional não se restringia à catequese, mas envolvia uma estrutura complexa de ensino, com definição de conteúdos, métodos didáticos, progressão curricular e hierarquia docente.</p> <p>O documento que consolidou essas diretrizes foi elaborado no final do século XVI e estabeleceu um padrão pedagógico uniforme para os colégios jesuítas em diferentes territórios. Esse instrumento normativo organizava o ensino em níveis, disciplinava práticas pedagógicas e orientava a formação intelectual segundo princípios humanistas e religiosos.</p> <p>As demais possibilidades referem-se a dispositivos administrativos ou legais de outros contextos históricos, não sendo responsáveis pela sistematização pedagógica da educação jesuítica.</p> <p>O conteúdo abordado na questão está plenamente previsto no EDITAL Nº 1/2026/SEGEP-GCP, uma vez que trata da organização pedagógica no contexto histórico da educação, especificamente vinculada à educação jesuítica. O edital contempla expressamente o eixo “História da Educação no Brasil; principais períodos e reformas educacionais”, no qual se insere</p>	<p>INDEFERIDO</p>	<p>GABARITO MANTIDO</p>

	<p>o estudo do modelo educacional jesuítico e do Ratio Studiorum como marco estruturador das práticas pedagógicas no período colonial.</p> <p>Referências: SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2007. RIBEIRO, Maria Luisa Santos. História da educação brasileira. Campinas: Autores Associados, 2003. AZEVEDO, Fernando de. A cultura brasileira. São Paulo: Melhoramentos, 1976.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>		
TIPO 1: 42 TIPO 2: 45 TIPO 3: 43	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A Filosofia da Educação fundamentada no materialismo histórico-dialético, conforme desenvolvido por Karl Marx e apropriado no campo educacional por autores como Dermeval Saviani, compreende a educação como prática social historicamente situada, vinculada às relações materiais de produção e às contradições sociais.</p> <p>Nesse sentido, a educação não é neutra, nem pode ser reduzida à adaptação ao meio ou à formação abstrata do indivíduo. Ao contrário, ela deve possibilitar a apropriação crítica do conhecimento historicamente produzido, articulando teoria e prática (práxis), de modo que os sujeitos compreendam as condições concretas de sua existência e possam intervir na realidade social.</p> <p>As demais proposições apresentam concepções idealistas, tecnicistas ou liberal-individualistas, incompatíveis com o referencial materialista histórico-dialético.</p> <p>O tema tratado na questão está claramente contemplado no edital, ao discutir a educação sob a perspectiva do materialismo histórico-dialético. O conteúdo encontra-se previsto nos tópicos “Filosofia da Educação e</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	<p>Sociologia da Educação como fundamentos da prática pedagógica” e “educação e sociedade; função social da escola”, os quais abrangem diferentes concepções filosóficas sobre o papel da educação.</p> <p>Referências: MARX, Karl. A ideologia alemã. São Paulo: Boitempo, 2007. SAVIANI, Dermeval. Pedagogia histórico-crítica. Campinas: Autores Associados, 2011. LIBÂNEO, José Carlos. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2012.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>		
TIPO 1: 43 TIPO 2: 42 TIPO 3: 46	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A questão trata da metodologia da Pedagogia Histórico-Crítica, formulada por Dermeval Saviani, que organiza o processo educativo em momentos articulados dialeticamente: prática social inicial, problematização, instrumentalização, catarse e prática social final.</p> <p>O estágio descrito no enunciado corresponde ao momento em que o aluno realiza uma síntese qualitativamente superior do conhecimento, incorporando criticamente os conteúdos aprendidos e transformando sua compreensão da realidade. Esse momento é denominado catarse, pois representa a superação do senso comum e a internalização crítica do saber sistematizado.</p> <p>As demais denominações não correspondem a esse estágio específico dentro da metodologia histórico-crítica.</p> <p>A questão encontra respaldo direto no conteúdo programático do edital, ao abordar conceitos da Pedagogia Histórico-Crítica. O EDITAL Nº 1/2026/SEGEP-GCP prevê explicitamente o estudo de “correntes pedagógicas e impactos na educação contemporânea”, bem como “teorias da aprendizagem”, sendo a Pedagogia Histórico-Crítica uma dessas</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	<p>correntes teóricas fundamentais no campo educacional.</p> <p>Referências: SAVIANI, Dermeval. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. Campinas: Autores Associados, 2011. LIBÂNIO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 2013. GASPARIN, João Luiz. Uma didática para a pedagogia histórico-crítica. Campinas: Autores Associados, 2005.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>		
TIPO 1: 44 TIPO 2: 44 TIPO 3: 44	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A teoria do desenvolvimento cognitivo de Jean Piaget estabelece que o conhecimento se constrói por meio de processos dinâmicos de reorganização das estruturas mentais. O conceito central que regula esse processo é a equilíbrio.</p> <p>A equilíbrio refere-se ao mecanismo pelo qual o sujeito busca superar desequilíbrios cognitivos decorrentes da interação com o meio, reorganizando suas estruturas mentais em níveis mais complexos e estáveis. Trata-se de um processo contínuo que articula assimilação e acomodação, promovendo o avanço do desenvolvimento cognitivo.</p> <p>As demais alternativas representam conceitos parciais ou inadequados para preencher ambas as lacunas, pois não expressam o princípio regulador global do desenvolvimento.</p> <p>A questão aborda conceitos centrais da teoria de Piaget, o que está expressamente previsto no edital. O EDITAL Nº 1/2026/SEGEP-GCP inclui “Psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem; teorias da aprendizagem; contribuições de Piaget, Vygotsky e outros autores clássicos e contemporâneos”, sendo a equilíbrio um conceito fundamental da teoria piagetiana.</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	<p>Referências: PIAGET, Jean. A equilibração das estruturas cognitivas. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. PIAGET, Jean. Seis estudos de psicologia. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. COLL, César; MARCHESI, Álvaro. Desenvolvimento psicológico e educação. Porto Alegre: Artmed, 2004.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>		
<p>TIPO 1: 45 TIPO 2: 50 TIPO 3: 42</p>	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A avaliação processual caracteriza-se por acompanhar o desenvolvimento da aprendizagem ao longo do tempo, valorizando registros contínuos, reflexão e acompanhamento formativo do estudante.</p> <p>Instrumentos como portfólio, diário reflexivo, observação sistemática e rubricas analíticas são compatíveis com essa perspectiva, pois permitem monitorar progressos, dificuldades e processos de construção do conhecimento.</p> <p>Por outro lado, a avaliação baseada exclusivamente em prova objetiva ao final de uma unidade, com caráter classificatório e pontual, não se configura como instrumento processual, pois não acompanha o percurso da aprendizagem, limitando-se a mensurar resultados em um momento específico.</p> <p>O conteúdo da questão está diretamente previsto no edital ao tratar dos instrumentos de avaliação da aprendizagem. O edital contempla expressamente “Avaliação da aprendizagem; conceitos, funções e instrumentos; avaliação diagnóstica, formativa e somativa; acompanhamento do desenvolvimento do estudante”, o que inclui a distinção entre instrumentos processuais e classificatórios.</p> <p>Referências:</p>	<p>INDEFERIDO</p>	<p>GABARITO MANTIDO</p>

	<p>LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar. São Paulo: Cortez, 2011.</p> <p>HADJI, Charles. Avaliação desmistificada. Porto Alegre: Artmed, 2001.</p> <p>PERRENOUD, Philippe. Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens. Porto Alegre: Artmed, 1999.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>		
<p>TIPO 1: 46</p> <p>TIPO 2: 46</p> <p>TIPO 3: 45</p>	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A afirmativa I está correta, pois o planejamento escolar envolve a articulação entre diferentes instrumentos institucionais, como o Projeto Político-Pedagógico, regimento, planos de curso e planos de aula, assegurando coerência entre princípios, objetivos e práticas.</p> <p>A afirmativa II também está correta, uma vez que a Lei nº 9.394/1996 estabelece a responsabilidade das instituições de ensino na elaboração e execução de sua proposta pedagógica, reforçando a autonomia escolar em consonância com as diretrizes do sistema educacional.</p> <p>A afirmativa III está correta, pois o planejamento pedagógico deve ser contínuo, flexível e sensível às necessidades dos estudantes, incorporando avaliações diagnósticas e ajustes metodológicos.</p> <p>Dessa forma, todas as afirmativas estão corretas.</p> <p>A temática da questão está plenamente prevista no edital, ao abordar planejamento escolar e fundamentos legais da educação. O EDITAL Nº 1/2026/SEGEP-GCP inclui “Planejamento escolar; planejamento pedagógico; organização curricular; objetivos de ensino; conteúdos; metodologias; avaliação” e também “Bases legais da educação brasileira; Lei nº 9.394/1996 (LDB)”, contemplando integralmente o conteúdo cobrado.</p> <p>Referências: BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: MEC, 1996.</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	<p>LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola. Goiânia: Alternativa, 2004.</p> <p>VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem. São Paulo: Libertad, 2000.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>		
<p>TIPO 1: 47</p> <p>TIPO 2: 49</p> <p>TIPO 3: 49</p>	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>O Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), desenvolvido pelo Center for Applied Special Technology, parte do princípio de que a variabilidade dos estudantes é a regra, e não a exceção, nos contextos educacionais.</p> <p>Essa abordagem rompe com modelos pedagógicos centrados em um “aluno padrão”, propondo a construção de ambientes flexíveis, acessíveis e responsivos às múltiplas formas de aprender. Assim, o foco desloca-se da adaptação do estudante ao currículo para a adaptação do currículo à diversidade dos estudantes.</p> <p>As demais proposições apresentam concepções incompatíveis com o DUA, ao priorizar homogeneização, centralização instrucional ou ausência de revisão estrutural.</p> <p>O conteúdo da questão está previsto no edital ao tratar de práticas pedagógicas inclusivas e diversidade educacional. O EDITAL Nº 1/2026/SEGEP-GCP prevê expressamente “Educação inclusiva; fundamentos teóricos e legais; políticas públicas; práticas pedagógicas inclusivas; atendimento educacional especializado; diversidade e equidade”, sendo o Desenho Universal para a Aprendizagem uma abordagem inserida nesse campo teórico-metodológico.</p> <p>Referências: CAST. Universal Design for Learning Guidelines version 2.2. Wakefield: CAST, 2018.</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	<p>MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar. São Paulo: Moderna, 2003.</p> <p>BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC, 2008.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>		
<p>TIPO 1: 48</p> <p>TIPO 2: 47</p> <p>TIPO 3: 48</p>	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>O Projeto Político-Pedagógico (PPP) é um documento que expressa intencionalidade, posicionamento político e escolhas pedagógicas da instituição escolar. Portanto, não pode ser considerado neutro, ainda que sua elaboração seja coletiva e participativa.</p> <p>A ideia de neutralidade contraria fundamentos teóricos da educação crítica, uma vez que toda prática educativa está inserida em contextos históricos, sociais e ideológicos. Assim, afirmar que o PPP é neutro constitui equívoco conceitual.</p> <p>As demais proposições estão corretas, pois reconhecem o caráter dinâmico, participativo, articulador e orientador do PPP.</p> <p>A questão encontra respaldo direto no edital ao abordar o Projeto Político-Pedagógico. O conteúdo está expressamente previsto no eixo “Projeto Político-Pedagógico; concepção; elaboração; implementação; avaliação; gestão democrática da escola”, abrangendo integralmente os aspectos conceituais e práticos cobrados.</p> <p>Referências: VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto político-pedagógico da escola. Campinas: Papirus, 2003. LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola. Goiânia: Alternativa, 2004. GADOTTI, Moacir. Projeto político-pedagógico: fundamentos para sua construção. São Paulo: Cortez, 2000.</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.		
TIPO 1: 49 TIPO 2: 41 TIPO 3: 50	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A primeira afirmativa está correta, pois a interdisciplinaridade não pressupõe a eliminação das disciplinas, mas sim a articulação entre elas. Trata-se de um princípio que busca superar a fragmentação do conhecimento por meio da integração de diferentes perspectivas epistemológicas, permitindo a compreensão de problemas complexos que não podem ser adequadamente analisados de forma isolada. Assim, preserva-se a especificidade dos campos disciplinares, ao mesmo tempo em que se promove diálogo e cooperação entre eles.</p> <p>A segunda afirmativa também está correta, uma vez que a integração entre áreas do conhecimento pode ocorrer em diferentes níveis e formatos. Desde abordagens mais simples, como a articulação temática entre disciplinas, até modelos curriculares mais amplos organizados por áreas, como Linguagens, Ciências da Natureza e Ciências Humanas, observa-se uma diversidade de estratégias adotadas em políticas educacionais contemporâneas. Esse movimento reflete tentativas de reorganizar o currículo em direção a maior coerência e integração.</p> <p>A terceira afirmativa está igualmente correta. A transversalidade surge como resposta crítica à fragmentação do saber produzida pela modernidade científica, especialmente sob influência do paradigma cartesiano-newtoniano, que enfatizou a divisão, a especialização e a análise isolada dos fenômenos. Nesse contexto, a transversalidade propõe a inserção de temas que atravessam diferentes áreas do conhecimento, promovendo articulação entre saberes e ampliando a compreensão da realidade.</p> <p>Dessa forma, todas as afirmativas são verdadeiras.</p> <p>O conteúdo da questão está claramente previsto no edital, ao tratar da</p>	DEFERIDO	ALTERADO PARA LETRA C

	<p>interdisciplinaridade e integração entre áreas do conhecimento. O EDITAL Nº 1/2026/SEGEP-GCP inclui expressamente “Interdisciplinaridade, transversalidade e integração entre áreas do conhecimento; temas contemporâneos transversais”, contemplando integralmente o conteúdo abordado.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO DEFERIDO E GABARITO ALTERADO.</p>		
<p>TIPO 1: 50 TIPO 2: 43 TIPO 3: 47</p>	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) define competências como a mobilização de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana. O termo “descriptor”, por sua vez, não corresponde a esse conceito central da BNCC, sendo utilizado em outros contextos avaliativos, como matrizes de avaliação.</p> <p>Assim, a afirmação que atribui à noção de “descriptor” esse papel conceitual está incorreta.</p> <p>As demais proposições estão corretas, pois refletem a natureza normativa da BNCC, seu processo de homologação, seu impacto pedagógico e os debates críticos que suscita.</p> <p>A temática da questão está plenamente prevista no edital, ao tratar da Base Nacional Comum Curricular. O EDITAL Nº 1/2026/SEGEP-GCP inclui expressamente “Base Nacional Comum Curricular (BNCC)”, além de mencionar sua articulação com o planejamento pedagógico e as diretrizes curriculares, abrangendo os fundamentos conceituais e normativos cobrados na questão.</p> <p>Referências: BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017-2018. BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.</p>	<p>INDEFERIDO</p>	<p>GABARITO MANTIDO</p>

	<p>PERRENOUD, Philippe. Construir as competências desde a escola. Porto Alegre: Artmed, 1999.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>		
--	--	--	--